



Comissão rejeita projeto que proíbe transporte de dinheiro em shoppings no horário de funcionamento

Para relator, medida pode facilitar a ação de criminosos

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Para Marcel van Hattem, medida poderia acarretar desabastecimento

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados rejeitou proposta que proíbe o transporte de dinheiro para suprimento ou recolhimento nos caixas, em shoppings, supermercados e similares durante o período de funcionamento do estabelecimento.

A medida está prevista no Projeto de Lei 4060/19, do deputado José Medeiros (Pode-MT), e tem o objetivo de impedir o trânsito de valores e armamentos nos horários de maior circulação de pessoas.

O relator, deputado Marcel van Hattem (Novo-RS), recomendou a rejeição com o argumento de que a medida, se aprovada, prejudicaria empresas de transportes de valores, comerciantes e consumidores.

Riscos

“A restrição, só permitindo o funcionamento fora do horário comercial, poderá prejudicar o interesse público, uma vez que acarretará o risco de desabastecimento”, disse o relator. Ele acrescentou que a medida poderia promover insegurança e facilitar o planejamento e a execução das ações criminosas.

Na mesma votação, foi rejeitado o PL 2637/21, que trata do mesmo assunto e tramita em conjunto.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei

Reportagem – Noéli Nobre

Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Sindicato denuncia: vigilantes da UFF estão sem receber salários



Diretores do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões estiveram, nesta quarta (13), com representantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) para denunciar a falta de pagamento dos vigilantes que prestam serviços para a instituição. Os dirigentes sindicais questionam a falta do pagamento dos salários e tíquete refeição.

O SVNIT informou à UFF que a empresa Hércules Vigilância e Segurança, contratada pela universidade para prestar o serviço, está devendo o segundo mês de salário. “A UFF é o contratante, precisa fiscalizar o contrato. A universidade diz que está multando a empresa, mas que não pode obrigar a pagar o salário. Se não obrigar a Hércules a fazer o pagamento, por que está fazendo a quitação das faturas?”, questionou o presidente Cláudio Vigilante.



A Hércules Vigilância e Segurança tem histórico de atraso de salários e de direitos aos trabalhadores. “Essa é uma empresa que não vem cumprindo com os seus deveres. Vários vigilantes já tiveram que recorrer à justiça para receberem o que lhes é de direito”, disse o presidente do SVNIT.

“A gente quer entender como essa empresa, que está respondendo a vários processos judiciais, consegue ainda prestar serviços para a UFF e deixando os trabalhadores à míngua”, completou o sindicalista.

Aos diretores do SVNIT, a UFF informou que irá oficiar a Hércules Vigilância e Segurança, cobrando a comprovação do pagamento dos salários e dos benefícios previstos em contrato. Uma multa também será aplicada à empresa por parte do contratante.

“Vamos continuar cobrando da empresa Hércules e também da UFF mais respeito com os trabalhadores”, concluiu o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região Cláudio Vigilante.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

Bancos demitem milhares na pandemia e são alvo de ações na Justiça

Com lucro recorde e redução de despesas durante a crise sanitária, bancos recorrem em ações na Justiça para não pagar indenizações



Justiça do Trabalho tem considerado, na maior parte dos casos, que as dispensas feitas por empresas que aderiram ao movimento “Não Demita” são ilegais

Bancos privados que atuam no Brasil são alvos de ações na Justiça que questionam o descumprimento do compromisso público de não demitir trabalhadores durante a pandemia de covid-19. Em meio à crise sanitária, os bancos reduziram despesas, tiveram lucro recorde e, ainda assim, fecharam cerca de 12 mil postos de trabalho no período, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Em um ano, Bradesco, Caixa e Banco do Brasil fecharam juntos 16.439 postos de trabalho. A defasagem para o dado anterior deve-se ao fato de que, em bancos como o Itaú, houve reposição de vagas em outros setores, como

tecnologia da informação, “amenizando” o balanço final.

“O Bradesco responde por praticamente 60% do fechamento de vagas em 12 meses”, observa Vivian Machado, mestre em Economia Política e técnica do Dieese, na subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT).

A sentença judicial mais importante até o momento foi contra o banco espanhol Santander, em 3 de agosto. O juiz Jeronimo Azambuja Franco Neto, da 60ª Vara do Trabalho de São Paulo, condenou a instituição em R\$ 50 milhões por danos morais, em ação aberta pelo Sindicato dos Empregados Estabelecimentos

Bancários São Paulo.

Além da demissão de 3.220 trabalhadores na pandemia, considerou-se que o Santander perseguiu dirigentes sindicais.

O banco espanhol recorreu, e a indenização está suspensa até o julgamento do recurso. Se a condenação for confirmada, os R\$ 50 milhões irão para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, destinado a reparar danos à sociedade como um todo.

O Brasil de Fato entrou em contato com o Santander para comentar o caso, mas não houve retorno até o fechamento da matéria.

A promessa

Assim que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o início da pandemia, o Comando Nacional dos Bancários, que representa os trabalhadores da categoria, apresentou uma lista de demandas à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

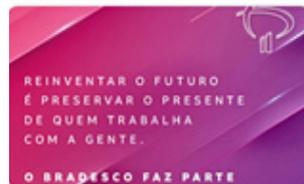
“A gente solicitou uma reunião e cobrou da Fenaban que, primeiro, isolasse as pessoas de grupos de risco, que não podiam trabalhar presencialmente. Pedimos também EPIs – álcool em gel, máscaras –, que houvesse rodízio nas agências, uma série de reivindicações”, explica Neiva Ribeiro, secretária geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

“Dos bancos privados, um dos compromissos que a gente conseguiu era que não haveria demissões naquele período. Eles fizeram compromisso público, chamaram a imprensa, disseram que estavam fazendo a parte deles”, completa.

No primeiro semestre de 2020, os bancos usaram diferentes canais de comunicação para propagandear essa promessa.

“O Bradesco faz parte do ‘Não Demita’, um movimento para evitar a demissão de milhares de pessoas nesse momento de quarentena. É nosso dever, como um dos maiores bancos brasileiros, cuidar das pessoas que nos ajudam diariamente”, escreveu o Bradesco em suas redes sociais.

bradesco @Brad... -09/04/2020
O Bradesco faz parte do #naodemita, um movimento para evitar a demissão de milhares de pessoas nesse momento de quarentena. É nosso dever, como um dos maiores bancos brasileiros, cuidar das pessoas que nos ajudam diariamente. Saiba mais em: naodemita.com



Postagem do Bradesco nas redes sociais [esq.] contrasta com fechamento de agências; na imagem [dir.], sindicalistas protestam contra demissões em agência de SC / Reprodução / Divulgação

Na demonstração financeira publicada em abril, o Santander – que também aderiu ao ‘Não Demita’ – informou que “devido ao contexto atual da covid-19, o Santander firmou o compromisso de não demitir funcionários durante a crise.”

A promessa durou até julho de 2020. Foi quando Santander, Itaú e Bradesco, respectivamente, começaram a demitir.

O Dieese trabalha com estimativas a partir de dados informados pelos próprios bancos, uma vez que, desde a reforma trabalhista, as homologações não são feitas nos sindicatos.

Santander e Bradesco teriam fechado 10.933 postos de trabalho entre julho de 2020 e março de 2021. O Itaú foi o único dos grandes bancos privados que aumentou o número de funcionários, com 1,8 mil postos de trabalho a mais – resultado da incorporação de uma empresa de tecnologia.

Rotatividade

Presidenta da CONTRAF-CUT, Juvandia Moreira lembra que a “Mesa Covid”, envolvendo representantes dos trabalhadores e dos bancos, resultou em um compromisso verbal para manutenção do emprego.

“O Santander começou a demitir em julho. O Itaú, no final de agosto, e o Bradesco, em

outubro. A desculpa deles era que ninguém sabia quanto tempo iria durar a pandemia, e que não se tratava de um acordo coletivo, mas apenas de um compromisso”, conta.

“Na nossa visão, eles teriam condições de manter os empregos, com certeza. É só ver os lucros dos bancos no período. Não tem justificativa”, enfatiza Moreira.

De setembro de 2020 a agosto de 2021, os bancos cortaram 9.165 postos de trabalho.

“Este ano, houve 27.642 contratações e 26.194 desligamentos até agosto. O saldo está positivo, mas só por causa da Caixa. Quando se analisa só Itaú, Santander, Bradesco e os que aposentaram do BB, temos um saldo negativo de 1.401 postos”, explica a presidenta da CONTRAF-CUT.

“O número de demissões e admissões é alto, o que mostra que eles fazem rotatividade, para reduzir o custo. Ou seja, demitem quem tem salário maior e contratam, no lugar, pessoas com salários menores.”

Mais lucro, menos despesa

Em plena migração para o formato digital, bancos privados fecharam ao menos 1.647 agências desde março de 2020.

“Eles aproveitaram a pandemia para fazer ajustes internos”, relata a sindicalista Neiva Ribeiro, trabalhadora do Bradesco.

No 1º trimestre de 2020, houve queda nos balanços, mas não por problemas na atividade financeira. Diante de um cenário imprevisível, com a pandemia decretada, os bancos elevaram o provisionamento, temendo uma explosão da inadimplência – não pagamento de empréstimos e outros compromissos.

Provisionamentos são reservas que os bancos criam para cobrir perdas futuras estimadas.

O cenário foi menos desastroso do que se imaginava, devido a planos emergenciais de crédito lançados pelo Banco Central. A inadimplência caiu, e o provisionamento

excedente foi revertido, gerando crescimentos expressivos de lucros em 2021.

No primeiro semestre, o lucro dos cinco maiores – Itaú, Banco do Brasil, Caixa, Bradesco e Santander – atingiu R\$ 54,7 bilhões, com alta média de 61,4% em doze meses.

O segundo trimestre de 2021 teve um dos maiores saltos da história recente do setor: 63,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Um dos fatores centrais para entender o crescimento da lucratividade é a redução das despesas, por meio do fechamento de agências e da demissão de trabalhadores.

A economia estimada pelo Dieese foi de R\$ 766 milhões, entre água, luz, gás, materiais, vigilância e transporte.

“Não é justo socialmente, enquanto concessões públicas, eles estarem cada vez mais demitindo, fechando postos de trabalho, especialmente em um momento delicado como esse”, afirma Vivian Machado, técnica do Dieese, em entrevista ao Brasil de Fato.

“Os bancos alegam que estão digitalizando tudo porque é interesse do cliente, mas tem muita gente que precisa da agência. Se não tivesse essa procura, as lotéricas e a Caixa Econômica não estariam sempre cheias.”

Outros processos

A maioria dos processos contra bancos que demitiram na pandemia foram abertos individualmente por trabalhadores.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, por exemplo, não entrou com ação coletiva com esse objeto. O tema é apenas mencionado em ações referentes às alterações feitas pelo Banco do Brasil e à prática “antissindical” do Santander.

Parte significativa das ações individuais se concentram no Rio de Janeiro, ainda sem sentença definitiva.

Conforme levantamento do portal JOTA, a Justiça do Trabalho tem considerado, na maior parte dos casos, que as dispensas feitas por empresas que aderiram ao movimento “Não Demita” são ilegais. O portal identificou ao menos 15 ações referentes ao tema em Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª (TRT1) e 2ª Regiões (TRT2).

Duas decisões do TRT1, por exemplo, ordenaram a reintegração de trabalhadores demitido pelo Bradesco, alegando violação do princípio da boa-fé objetiva, expresso no artigo 422 do Código Civil.

O banco alega que “não se imaginava que a pandemia tivesse a duração e os efeitos deletérios que até o momento perduram.”

A sindicalista Neiva Ribeiro espera que as decisões sejam confirmadas por tribunais superiores, formando jurisprudência e garantindo direitos a todos que foram demitidos em meio à crise sanitária.

“Como a nossa economia vai reaquecer sem emprego, sem crédito? As pessoas estão comendo pé de galinha como se fosse filé, e os bancos vão fazer o quê com todo esse dinheiro?”, questiona a sindicalista Neiva Ribeiro.

“As ações estão pipocando, e a gente espera que logo se crie jurisprudência. Os bancos precisam entender que o melhor caminho para ter uma economia forte, uma democracia forte, é com sindicatos fortes também. Precisamos fazer acordos que sejam bons para a sociedade como um todo, e não só para eles, se não eles vão ter que responder por anos na Justiça”, finaliza.

Juvandia Moreira, presidenta da CONTRAF-CUT, concorda que o caminho prioritário deve ser o negocial.

“Se a gente não tivesse negociado esse compromisso, os trabalhadores teriam sido demitidos antes. Os acordos têm que valer, os bancos têm que cumprir. É isso que a gente cobra deles. Porque eles não falaram ‘não

vamos demitir durante quatro meses’. Falaram que não iriam demitir na pandemia”, observa.

“Os sindicatos estão recorrendo à Justiça para buscar o cumprimento do acordo. São iniciativas importantes. Já fizemos outros acordos verbais que eles [bancos] cumpriram. Se eles tivessem nos avisado antes que estavam planejando demitir, a gente poderia ter negociado. O problema, além da falta de justificativa para essas demissões, é não avisar e criar uma desconfiança para as próximas mesas de negociação”, completa.

Outro lado

O Brasil de Fato apresentou as críticas e questionamentos à Fenaban, à Federação Brasileira de Bancos (Febraban), ao Bradesco e ao Santander.

A Febraban respondeu por meio de nota. Confira:

“A Federação Nacional dos Bancos não negociou ou assinou nenhum acordo setorial sindical para a não realização de desligamentos durante a pandemia. A rotatividade de trabalhadores do setor bancário é tradicionalmente cerca de 3 vezes menor do que a média nacional. Os bancos se valem dos desligamentos voluntários, como pedidos de demissão, PDVs e aposentadorias, para adequar sua estrutura à nova realidade do mercado.

E o crescimento das operações digitais não tem como consequência a redução do número de pessoas que atuam no setor, pelo contrário. O avanço dos serviços digitais tem levado as instituições financeiras a contratar um grande volume de profissionais, especialmente em áreas como TI e segurança contra fraudes digitais, por exemplo.”

O Bradesco disse que não vai comentar o assunto. Os demais não responderam até o fechamento da reportagem.

Fonte: RBA - Por Daniel Giovanaz | Brasil de Fato

80% dos empregos criados desde 2020 são informais, sem direitos nem renda garantida

Cerca de 53% dos desempregados recorreram as chamadas atividades “por conta própria”, como camelôs, vendedores de comida de rua ou pequenos empreendedores por não conseguir emprego formal, com direitos

REPRODUÇÃO



O número de pessoas trabalhando no Brasil (89 milhões) cresceu 8,6%, no trimestre encerrado em julho de 2021 na comparação com o mesmo período do ano passado, mas 80% das vagas criadas desde 2020, quando começou a pandemia, são informais, sem direitos, segundo dados da Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Desses 80%, cerca de 53% dos desempregados recorreram a atividades “por conta própria”, como camelôs, vendedores de comida de rua ou pequenos empreendimentos por não conseguir emprego formal, com direitos a férias, 13ª salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros benefícios.

Os informais sofrem também com a queda da renda e as incertezas sobre quanto vão conseguir no fim do mês. Com isso, precisam cortar muitas despesas, inclusive itens da

alimentação, e mesmo assim não têm como contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para ter um auxílio em caso de acidente de trabalho ou aposentadoria.

Os dados da Pnad Contínua mostram que o rendimento médio caiu 8,8%, na comparação com o trimestre encerrado em julho do ano passado. Isso representa R\$ 242 a menos no fim do mês para os trabalhadores. Em média, segundo a pesquisa, o salário é de R\$ 2.508.

Já o Observatório das Metrôpoles que faz, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL), o Boletim Desigualdade Social nas Metrôpoles, mostra um nível de renda per capita ainda menor nas grandes cidades.

Segundo o boletim, no segundo trimestre de 2021, a renda domiciliar per capita do

trabalho foi estimada em R\$ 1.326 nas regiões metropolitanas, uma baixa de 0,1% em relação aos três meses anteriores. Valor inferior a esse só foi verificado no começo da série histórica do estudo, no primeiro trimestre de 2012: R\$ 1.323.

Levando em conta o salário mínimo ideal de uma família de dois adultos e duas crianças que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), deveria ser de mais de R\$ 5.657,66 em setembro, dá para entender porque muitas famílias estão disputando ossos e restos de peixes no país.

Taxa de desemprego

Como a Pnad só considera desempregado quem procura emprego no período e milhares estão fazendo bico, a taxa de desemprego recuou para 13,7% no trimestre encerrado em julho, segundo o IBGE.

No total, o país tem 14,1 milhões de desempregados e 31,7 milhões de subutilizados no mercado de trabalho. No levantamento anterior, referente ao trimestre encerrado em junho, a taxa de desemprego ficou em 14,1%, atingindo 14,4 milhões de pessoas.

Fonte: CUTRS

Vencedor do Prêmio Nobel demonstrou que elevar salário mínimo não significa menos emprego

Professor de universidade americana desenvolveu pesquisas que questionaram teorias liberais, contrárias à valorização do piso



Um dos vencedores do prêmio Nobel da Economia, cujos nomes foram anunciados nesta segunda-feira (11), já demonstrou que a elevação do salário mínimo não está

necessariamente vinculada a um crescimento do desemprego. No Brasil, esta é, por exemplo, uma argumentação frequentemente repetida pelos contrários à política de valorização

do piso nacional. O atual governo, por sinal, interrompeu essa política.

Além de perder uma regra sistemática de aumentos, o salário mínimo tem tido seu poder de compra reduzido com o avanço da inflação. Na semana passada, o Dieese demonstrou que o piso nacional, hoje, não consegue comprar meia cesta básica.

Pesquisa comparativa

O canadense David Card, 65 anos, é professor de Economia na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Ao lado do americano Alan Krueger (que morreu em 2019), ele desenvolveu pesquisas comparativas sobre o tema. E ajudou a mostrar, como assinala a Academia, “que aumentar o salário mínimo não necessariamente leva a menos postos de trabalho”.

A própria universidade, em nota divulgada hoje, lembra que os estudos desenvolvidos nos anos 1990 seguem relevantes, “pois questionaram suposições sobre o impacto da imigração sobre os trabalhadores nativos dos EUA e o efeito dos aumentos do salário mínimo no crescimento do emprego doméstico”. Card divide o prêmio com os também professores Joshua D. Angrist (do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT) e Guido W. Imbens (da Universidade de Stanford).

“Coisa horrível”

“Pesquisando duas regiões americanas, Card e Krueger concluíram que, na prática, a teoria de que o aumento do salário mínimo seria nocivo à economia e ao mercado de trabalho não se sustentava. Onde o piso aumentou, o emprego também cresceu. Em entrevista à revista Piauí, publicada em dezembro do ano passado, Card

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

disse que os estudiosos sobre salário mínimo nos anos 1960 e 1970 eram muito conservadores. “Basicamente, eles queriam mostrar que fixar um salário mínimo era uma coisa horrível”, comentou.

As pesquisas de Card e outros contribuíram para abalar a ideia predominante da chamada escola de Chicago, de pensamento liberal, ou neoliberal, que desembocou na Consenso de Washington, na virada dos anos 1980 para os 1990. “Mas nós éramos vistos como gente que estava atrapalhando, dificultando as coisas”, disse ainda o professor, um dos autores do livro *Myth and Measurement: The New Economics of the Minimum Wage* (Mito e medição: a nova economia do salário mínimo), de 1995, que ganhou edição “de aniversário” em 2016.

Perdendo amigos

Essa pesquisa foi destacada pelo economista Marcelo Neri, estudioso da desigualdade no Brasil. Em artigo publicado em 1997, ele comentou que o salário mínimo tinha impacto no rendimento do trabalho, mas não no nível de emprego. No Brasil, assinalou, poderia haver certo impacto não na quantidade, mas na qualidade do emprego. Ainda assim, o salário mínimo, “parece exercer um papel relevante no combate à pobreza”.

Card chegou a declarar que “perdeu um monte de amigos” devido a essa publicação. Chegaram, ele e Krueger, a ser vistos como “traidores” da questão econômica. Se fosse amigo dos dois, Paulo Guedes também romperia. No ano passado, o ministro da Economia disse que aumentar o salário mínimo elevaria o desemprego. Não foi o que aconteceu em anos anteriores.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF